PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Gerência das Comissões

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E HIGIENE PUBLICA /CPSHP-2025.

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na sala de reunião Bohemundo Alvares Afonso (PLENARIO), da Câmara Municipal de Porto Velho, foi realizada audiência pública da Comissão Permanente de Saúde e Higiene Pública, conforme disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. A 1° Secretaria da comissão Vereadora Ellis Regina deu inicio,á audiência publica. Compuseram a mesa a senhora Lucilene Pastorini do Nascimento, representando o DRAC (SEMUSA), a senhora Maira Oliveira, diretora do DAF, o senhor Alexandre Cali, presidente da Comissão de Direitos da Saúde da (OAB), a senhora Michele Calil (OAB), a senhora Oseane Alves (SEMUSA), a senhora Rafaela Castiel de Carvalho, diretora do DAB (SEMUSA), o senhor Eliezer Bispo (SEMUSA), e o senhor Jaime Gazola, secretário municipal da SEMUSA. Foi lido o edital de convocação, que convidou a população a participar da audiência pública para apresentação e discussão dos relatórios detalhados do primeiro, segundo e terceiro quadrimestres, bem como o relatório anual de gestão do exercício de 2024. A técnica Raiana ficou responsável por realizar as inscrições dos cidadãos interessados em fazer perguntas e sugestões ao final da apresentação. A apresentação técnica foi conduzida pela senhora Oseane Alves, gerente da Divisão de Planejamento e Gestão da SEMUSA, que abordou dados demográficos, morbimortalidade, produção de atendimentos nas diversas áreas da saúde, recursos humanos, vigilância sanitária, rede física e execução financeira da secretaria no ano de 2024. Destacaram-se, entre outros pontos, a realização de mais de 1 milhão de consultas, 515 mil visitas domiciliares, 65 mil atendimentos odontológicos, 87 mil atendimentos nos CAPS e 2.800 internações na maternidade municipal. No decorrer da audiência, foi registrado que os relatórios não estão sendo entregues conforme determina a Lei Orgânica do Município. Foi apontado que o correto seria apresentar o relatório referente apenas ao último quadrimestre do exercício anterior, o que permitiria uma avaliação mais precisa e tempestiva. A comissão destacou essa falha como deficiência da prefeitura e recomendou que os próximos relatórios sejam enviados dentro dos prazos legais, de forma quadrimestral, para possibilitar o devido acompanhamento e possíveis intervenções. A vereadora Ellis Regina salientou que, com o envio atrasado, a comissão perde a oportunidade de contribuir com correções ao longo do exercício. Também afirmou que diversas solicitações feitas pela comissão à Secretaria Municipal de Saúde não foram respondidas, o que compromete a transparência e a fiscalização. Ressaltou que, na atual gestão do secretário Jaime Gazola, foi percebida maior disposição em prestar esclarecimentos e fornecer os documentos requeridos, o que foi registrado como ponto positivo. Foi também objeto de crítica o valor gasto com vigilância, que chegou a aproximadamente 23 milhões de reais, quase o dobro do valor destinado à compra de medicamentos, que ficou em torno de 12 milhões. A vereadora destacou que a população mais reclama da falta de medicamentos e da qualidade do atendimento, e defendeu a reavaliação dos contratos de vigilância, sugerindo que a Secretaria de

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC D88414AD

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Gerência das Comissões

Educação possui 187 agentes de vigilância escolar que poderiam suprir parte da necessidade a um custo menor. O secretário Jaime Gazola reconheceu que o contrato de vigilância é um dos mais onerosos e afirmou que o planejamento da atual gestão prevê a implantação da Guarda Municipal, o que poderá gerar significativa economia, principalmente com a substituição da vigilância noturna por monitoramento eletrônico. Ele declarou ainda que pretende reduzir em 25% os gastos ainda este ano e, para o próximo ano, almeja uma redução de pelo menos 50%. O Sr. Alexandre Calil Representante da OAB manifestou preocupação com os índices de insatisfação apresentados nas metas da gestão de 2024, especialmente no controle social, que teve 50% de metas não cumpridas. Chamou atenção para o impacto da falha nas ações de base, como vigilância e prevenção, que acabam aumentando os gastos futuros com atendimentos emergenciais. Ressaltou que as metas das diretrizes avaliadas apresentaram, em média, 25% de inexecução, o que revela fragilidade no planejamento e execução das ações de saúde. Houve esclarecimento técnico de que o dado apontado anteriormente como sendo da Vigilância em Saúde, com 41% de insatisfação, na verdade corresponde à diretriz de fortalecimento do controle social, comunicação e informação. Já a Vigilância em Saúde apresentou melhor desempenho, sendo uma das poucas diretrizes com índice insatisfatório. A diretora do DAF, senhora Maira Oliveira, esclareceu que o orçamento destinado a medicamentos é inferior a 5% do orçamento total da SEMUSA, mas que, ainda assim, foi possível manter 95% dos itens da relação municipal de medicamentos essenciais abastecidos ao final de 2024. Reconheceu, no entanto, que o recurso é insuficiente diante da demanda crescente e que, em muitas ocasiões, a falta de entrega por parte dos fornecedores compromete o abastecimento. A vereadora reforçou que a comissão entende a limitação orçamentária, mas defende que o valor destinado à compra de medicamentos seja ao menos dobrado, passando para 10%, a fim de atender adequadamente à população. Por fim, foi reforçado que a população precisa sair das unidades de saúde com o medicamento prescrito em mãos, e que esse é um direito fundamental. A presidente em exercício reiterou que o objetivo da audiência não é apenas apresentar números, mas sim promover melhorias concretas nos serviços prestados, e recomendou contratação de médicos para as UPAS, que seja realizado concurso público, bem como uma data a ser defenida, locação do imóvel Ana Delaide, e argumentou o que a Câmara consegue fazer para melhorar os projetos?, o que fazer para melhorar a qualidade dos serviços de saúde?, como fazer para motivar os servidores?, sugeriu uma opção para carga horária de 40 horas semanais para os enfermeiros, perguntou, também, quais os contratos da SEMUSA, PCCS dos servidores da saúde?, recomendou novamente que a Ana Delaide forneça 2 médicos para atender filas amarela e verde, medida de atendimento de atenção básico, recomendou desmembrar a tabela do pessoal da enfermagem, quais valores dos seus programas dividido entre os servidores. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a audiência pública. Os trabalhos foram finalizados às dez horas e vinte e cinco minutos. E, para a devida documentação, eu, Derlon Diogenes Marim, redigi a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros.

Gerência das Comissões, 12 de junho de 2025

VERE. ELLIS REGINA

1° SECRETARIO CPSHP/2025

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC D88414AD

Assinado por **Ellis Regina Batista Leal Oliveira** - Vereadora - Em: 01/07/2025, 12:06:43

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC D88414AD